

PROCESSO Nº 157/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017
EDITAL Nº. 130/2017

PREÂMBULO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, através da Comissão Municipal de Licitações, constituída pelo Decreto nº 1739/2017, de 02 de janeiro de 2017, FAZ SABER a todos os interessados que a Prefeitura Municipal de Tarumã, com sede na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, telefone/fax (0XX18) 3373 - 4500, atendendo à Requisição de Compra emitida pela Secretaria Municipal de Saúde, torna público aos interessados que fará realizar Licitação, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos das diretrizes contidas na Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, Lei Complementar 123/2006, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital de **Tomada de Preços**, objetivando a Contratação de empresa especializada para fechamento lateral das quadras poliesportivas das Escolas Municipais Gilberto Lex, José Osório de Oliveira e José Rodrigues dos Santos, conforme as especificações contidas nos anexos I e II, cláusulas descritas na Minuta de Contrato, projetos e planilhas, anexos a este edital, que são partes integrantes deste, com recebimento dos envelopes nº I – “HABILITAÇÃO” (Documentação) e nº II – “PROPOSTA COMERCIAL” nos dias úteis no horário de expediente, das 8h30min às 16h00min, e **até às 09h00min. do dia 21 de dezembro de 2017.**

DO OBJETO

1.1. Esta Tomada de Preços tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para fechamento lateral das quadras poliesportivas das Escolas Municipais Gilberto Lex, José Osório de Oliveira e José Rodrigues dos Santos**, conforme descrição contida no ANEXO I, ANEXO II, Memorial Descritivo e Cláusulas Descritas na Minuta de Contrato, deste edital.

II – DA VISITA TÉCNICA

1.2. A Visita Técnica será realizada até o **dia 20 de dezembro de 2017**, das 08h30min. às 16h00min., **mediante agendamento prévio** junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, sito Rua Aroeira, 484 – Vila das Árvores – Tarumã – SP ou pelo telefone (18) 3373-4505.

DAS MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

1.3.1 - Para obter os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, a qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá requerer por expresso, no termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, bem como apresentar **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas**, conforme o caso.

1.3.2. Para se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o artigo 966 da Lei nº 10.406/02, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, deverão cumprir as disposições do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, além de, não incorrer em nenhuma das exceções contidas nos incisos I a X do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06.

1.3.3. Ficam desde já advertidos os licitantes que a prática de qualquer ato no sentido de admitir que sua entidade empresarial é empresa de pequeno porte ou microempresa a fim de obter tratamento diferenciado no certame, quando não se enquadrar nos termos do

artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, ou quando estiver inserida nas situações elencadas nos incisos I a X do §4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06, constitui fraude à realização de ato do procedimento licitatório, sujeitando o infrator às penalidades previstas no artigo 93 da Lei n.º 8.666/93.

1.3.4. No presente certame licitatório será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

1.3.5. Entende-se por empate, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

1.3.6. Para efeito do disposto nos itens 1.3.4. e 1.3.5., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

1.3.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

1.3.8. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 1.3.7., serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 1.3.5., na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

1.3.9. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 5.4.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

1.3.10. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nos itens 1.2.4. e 3.4.1., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

1.3.11. O disposto neste item 1.2.6. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

1.3.12. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

2 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar desta licitação as empresas:

a) Do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

b) Que não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações ou hajam sido suspensas de licitar com a Administração, de quaisquer esferas, ou declaradas inidôneas por qualquer órgão ou entidade pública;

c) Que não estejam reunidas em consórcio e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si.

d) Que não se enquadrem nos termos do artigo 9º, da lei 8.666/93 e posteriores alterações.

2.2 A empresa participante poderá manifestar-se por meio de um representante legal, com poderes para intervir nas fases do processo, desde que apresente no início da reunião, em separado, documento que o identifique como legítimo representante da licitante (procuração ou credencial com firma reconhecida). Caso contrário, ficará impedido de manifestar-se e/ou responder pela empresa.

2.2.1 A não-apresentação do documento de que trata o subitem anterior não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma.

2.2.2 Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada por procuração, poderá representar mais de uma licitante.

2.3 A Comissão de Licitação não se responsabilizará por envelope entregue após o horário ou em lugar diverso do previsto acima, nem pelo extravio de envelopes "HABILITAÇÃO", e "PROPOSTA COMERCIAL" que não forem entregues pessoalmente.

2.4 Toda e qualquer informação sobre habilitação e/ou informações técnicas com relação a este edital deverão ser feitas, por escrito, e endereçadas à Comissão de Licitação no prazo máximo de até dois dias úteis antes da data de abertura do pleito.

2.5 Não serão levadas em consideração quaisquer declarações, reclamações ou impugnações feitas posteriormente à lavratura das atas.

3 - APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes, constituídos de "Habilitação" (documentação) e "Proposta Comercial", deverão ser entregues no Setor de Protocolo da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, sito na Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores – Tarumã (SP), **até às 09h00min. do dia 21 de dezembro de 2017, tendo a sua abertura às 09h10min. do dia referendado.** Os envelopes deverão ser fechados e não transparentes, contendo, em suas partes externas, os seguintes dizeres:

A/C Comissão Municipal de Licitações

Nome da Empresa

CNPJ nº

Endereço completo

Processo nº 157/2017

Tomada de Preços nº 006/2017

O primeiro, com subtítulo: Envelope nº I - "HABILITAÇÃO"

O segundo, com subtítulo: Envelope nº II - "PROPOSTA COMERCIAL"

3.2 **No envelope nº I – "Habilitação"** deverá conter cópia dos seguintes documentos devidamente autenticados e dentro do prazo de vigência:

3.2.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Certificado de Registro Cadastral - **CRC** emitido por qualquer órgão público em plena validade.

b) Registro comercial, no caso de empresa individual;

c) Ato constitutivo, estatuto social, contrato social ou sua consolidação e posteriores alterações contratuais, devidamente registradas na junta comercial e, em vigor e, no caso

de sociedade por ações, estatuto social, ata do atual capital social acompanhado da ata de eleição de sua atual administração, registrados e publicados;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa no 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

3.2.2 REGULARIDADE FISCAL

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de regularidade referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) administrados pela Fazenda Nacional, consistente na apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma prevista na Portaria PGFN/RFB Nº 1751, de 02 de outubro de 2014;

c) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

d) Certidão de regularidade de débito para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, quanto aos tributos mobiliários, expedida pelo órgão competente e com prazo de validade em vigor;

e) Certidão que prove a regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, (CNDT).

3.2.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência e concordata, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

3.2.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de capacidade técnica por execução de obra de características semelhantes ao objeto deste processo licitatório:

1) A comprovação em possuir profissional no quadro permanente do licitante se fará mediante á:

2) I

) apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS e ficha de empregado) em sendo o profissional empregado do licitante; II) apresentação do contrato social, em sendo o profissional integrante do quadro social do licitante; III) apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante; IV) apresentação de declaração de disponibilidade (art. 30 - § 6 da Lei 8666/93) pelo licitante, desde que conte com a anuência formal do profissional;

3) A comprovação da capacidade técnica do profissional integrante do quadro permanente do licitante, será feita através da apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) por execução de obra de características semelhantes ao objeto deste certame, limitando-se às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo à execução da obra.

b) Declaração de Visita Técnica expedida pela Secretaria Munic. Agric., Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos.

3.2.5 OUTRAS COMPROVAÇÕES:

a) Declaração de que a licitante cumprirá o teor disposto no inciso XXXIII do art 7º da Const. Federal, bem como as normas relativas à saúde e segurança do trabalho de seus funcionários;

b) Declaração de concordância com os termos e condições do Edital;

c) Declaração da licitante indicando Engenheiro responsável para os serviços licitados;

d) Declaração individual subscrita pelo Engenheiro responsável indicado, autorizando/concordando com sua indicação.

e) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, apresentar declaração (Anexo III), que ateste, sob as penas da lei, o enquadramento da empresa nos exatos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº. 123/06, bem como **CERTIDÃO DA JUNTA COMERCIAL ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas.**

3.3. Os documentos de habilitação poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou em publicação do órgão da Imprensa Oficial, ou ainda, qualquer outra forma prevista em lei.

3.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

3.5. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

3.5.1. Fica assegurado o prazo de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, para apresentação dos documentos comprobatórios de regularidade fiscal em caso de restrição na documentação par as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em observância ao disposto no art. 43 § 1º da Lei Complementar 123/06 e posteriores alterações.

3.6. A Comissão Municipal de Licitações poderá solicitar esclarecimentos e informações adicionais para dirimir dúvidas que, a seu exclusivo critério, venham a surgir no exame da

documentação apresentada, sendo, porém, expressamente vedada a anexação posterior de documento de habilitação que deveria constar do respectivo envelope.

3.7. Em caso de interposição de recurso contra ato de habilitação ou inabilitação de qualquer licitante, a Comissão de Licitação suspenderá os trabalhos e designará nova data para abertura dos envelopes.

3.8. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

3.9. A pessoa física que irá representar a Empresa, que não seja sócio, deverá apresentar-se munido de Procuração (RECONHECIDA FIRMA) ou credenciamento (RECONHECIDA FIRMA), ficando somente permitido 01(um) representante para cada empresa participante.

3.10. No envelope II – “Proposta Comercial”, deverá conter proposta apresentada em papel timbrado da Empresa, datilografada, ou por processo de informática e atender a todas as exigências contidas neste EDITAL DE TOMADA DE PREÇO e ANEXOS, ao final ser identificada, sendo assinada na última folha e rubricada nas demais, acondicionada em envelope opaco e fechado, o qual contenha a identificação do proponente, número do Processo e respectiva Tomada de Preços, devendo conter, em seu interior:

- a) Preços unitário e total líquidos, com duas casas decimais, expressos em moeda corrente nacional;
- b) Condições de pagamento, conforme especificado na Cláusula VIII deste Edital;
- c) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de sua abertura;
- d) Prazo de entrega, conforme especificado neste edital;
- e) Frete e material para execução da obra será por conta do contratado.
- f) Número da conta corrente/poupança para eventual pagamento dos serviços.

3.10.1. Serão rejeitadas parcial ou totalmente, as propostas ou itens que contenham rasuras.

3.10.2. A proposta depois de aberta, ficará vinculada à licitação pelo seu prazo de validade, não sendo admitidas quaisquer inclusões ou alterações no sentido de se sanar falhas ou omissões, assim como não será permitida a sua retirada ou desistência por parte do proponente.

3.11. Deverá constar no interior do Envelope nº II – “Proposta Comercial”, o Cronograma Físico Financeiro do serviço de engenharia, devidamente assinado pelo responsável.

3.12. A proposta deverá ser entregue pelo interessado ou representante legal a Departamento de Protocolo aos cuidados da Comissão Municipal de Licitações, da PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, **até às 09h00min. do dia 21 de dezembro de 2017.**

3.13. A Licitante, que ainda não possui Certificado de Registro Cadastral – CRC, que queira que seja emitido pela Prefeitura Municipal de Tarumã, será feita até o dia 15 de dezembro de 2017, no horário de expediente da Prefeitura Municipal de Tarumã, das 8h30min as

16h00min e far-se-á mediante a apresentação dos documentos elencados em relação anexa.

04 - DA ABERTURA DOS ENVELOPES

4. Recebidos os envelopes, no horário designado, a COMUL - Comissão Municipal de Licitação passará à fase de Habilitação.

4.1. Aberto o envelope I - Habilitação (Documentação), os documentos serão rubricados pela Comissão e pelos licitantes presentes.

4.2. A seguir, a Comissão decidirá verbalmente, bem como fará constar da Ata de Abertura, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar a documentação exigida no item 3.2. e seguintes.

4.3. Aos declarados inabilitados, serão imediatamente comunicados, abrindo-se prazo recursal, oportunidade em que os seus representantes legais, poderão declinar da faculdade prevista no artigo 109 e incisos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

4.4. A seguir, a Comissão abrirá e apreciará o conteúdo dos envelopes das propostas, rubricando cada folha, e colhendo rubrica dos licitantes presentes, os quais poderão, igualmente, examinar as propostas dos concorrentes.

4.5. Nenhum adendo às propostas será permitido nesta fase.

4.6. Serão desclassificadas as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da Licitação.

4.6.1. Serão consideradas desclassificadas as propostas que não forem elaboradas de forma clara, inconfundível e em perfeita concordância com o item do presente Edital, ou que:

- a) Revelarem-se excessivas ou manifestamente inexeqüíveis;
- b) Oferecerem vantagens não previstas neste Edital;
- c) Apresentarem preço global ou unitário simbólico ou irrisório, ou ainda, de valor igual a "0" (zero).

4.7. Não será admitida, sob pretexto algum, qualificação ou substituição das propostas ou de qualquer documento.

4.8. Terminada esta fase, a Comissão dará por encerrada a sessão de abertura das propostas, lavrando ata circunstanciada, a qual será firmada pela Comissão e pelos presentes.

5- JULGAMENTO

5. O critério de julgamento será o de menor preço global. Nesta fase serão desclassificadas as propostas que não satisfaçam integralmente ao estabelecido na presente Tomada de Preços.

6 - REAJUSTE DE PREÇOS

6. Os preços serão fixos e irrevogáveis, observando-se a regra prevista no artigo 65 e incisos da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

7 – DO DIREITO DE RECURSO

7. Dos atos praticados pela Comissão Municipal de Licitações – COMUL, no processamento da Licitação, cabem recursos hierárquicos nas formas e prazos estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

7.1. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo legal e/ou subscrita por procurador não habilitado legalmente no processo a responder pela empresa.

8 - DA CONDIÇÃO DE PAGAMENTO

8. Para o item condição de Pagamento, deverá, para elaboração da proposta, ser considerado o que segue:

8.1. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

8.2. Após a emissão das respectivas faturas, o Município de Tarumã emitirá Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente à fatura emitida, sendo que a empresa contratada deverá providenciar o respectivo recolhimento para efeito de liberação do recurso.

8.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo.

8.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

8.5. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.6. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

9- DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9. Os recursos financeiros correrão à conta das dotações abaixo discriminadas, de Fonte 01 (recurso próprio), ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.15.01 - 12.368.0026.2100 - 4.4.90.51 - **851** - Obras e Instalações

10. DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

10. Caso se verifique o descumprimento de quaisquer uma das cláusulas contidas no Termo de Contrato, bem como à Cláusula X do Edital de Chamamento, sem prejuízo do disposto no

parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado à ordem de 0,066% sobre o valor original do contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida.

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado de pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada em jornal local.

10.4. A licitante estará ainda sujeita às demais penalidades previstas na Lei 8.666/93 e posteriores alterações.

11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

- a) Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento.
- b) Efetuar os pagamentos devidos à contratada, na forma estabelecida neste instrumento e nos termos do Contrato.
- c) Fiscalizar a prestação dos serviços.
- d) Não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

12 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12. São obrigações da Contratada sem que a elas se limite:

- 12.1. A licitante será obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no presente edital.
- 12.2. Por ocasião do cumprimento do ajuste, o vencedor se obriga a fornecer o documento fiscal respectivo em duas vias, bem como a planilha dos serviços realizados (medição).
- 12.3. O licitante vencedor deverá efetuar a Matrícula CEI no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início de sua atividade, junto à Receita Federal do Brasil.
- 12.4. Quando da emissão da Nota Fiscal deverá constar o numero da matricula do Cadastro Especifico do INSS – CEI da obra, bem como discriminar todas as retenções que venham a incidir sobre o pagamento.
- 12.5. Após o recebimento da ultima parcela de pagamento o proponente vencedor deverá
apre

às 16:30 horas, na sala da Comissão de Licitação situada na Rua Aroeira, nº 482, Vila das Árvores, TARUMÃ/SP, ou, ainda, pelo telefone 0 (XX) 18 3373-4500.

13.3. Até 05 dias úteis antes da data fixada para abertura do envelope de habilitação, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório, cabendo a Comul decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 dias úteis, sendo que não serão reconhecidas impugnações do Edital por fax ou e-mail, somente por escrito, em original, protocolados nesta Prefeitura, e dentro dos respectivos prazos legais.

13.4. É facultada à Comissão, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.5 A Prefeitura de TARUMÃ, através da Autoridade competente, poderá revogar esta licitação, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício, ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.6. A qualquer tempo e na forma da Lei, antes da contratação, a Prefeitura de Tarumã poderá inabilitar a licitante ou desclassificar sua proposta sem que a esta caiba direito de indenização ou reembolso, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou circunstância que desabone sua idoneidade financeira, comprometa sua capacidade técnica ou administrativa, ou ainda reduza sua capacidade de produção.

13.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de recebimento da Convocação para assinatura do Termo de Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções previstas nos Incisos III e IV do artigo 87 da Lei nº 8666/93 e suas posteriores alterações.

13.8. A vigência do termo de contrato será até 31 de dezembro de 2017, a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93, devendo a empresa contratada entregar o objeto licitado, conforme estipulado no Cronograma Físico-Financeiro.

13.9. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos promoverá a fiscalização da execução do objeto e terá toda competência para solicitar alterações ou modificações, desde que respeitados os limites do contrato.

13.10. Integram o presente EDITAL, independente de transcrição os seguintes documentos:

- a) ANEXO I – Minuta de Contrato;
- b) ANEXO II – Termo de Referência (Proposta);
- d) ANEXO III - Modelo de Procuração e declaração;
- e) ANEXO IV - Memoriais Descritivos;
- f) ANEXO V – Documentos para Emissão do CRC.

13.11. A empresa vencedora caberá assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Tarumã;

13.12. Só serão admitidos CRC com data de emissão até 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas.

13.13. O valor estimado da obra corresponde à R\$ 272.401,79 (duzentos e setenta e dois mil, quatrocentos e um reais e setenta e nove centavos).

13.14. Fica eleito o Foro da Comarca de Assis - SP, para dirimir questões resultantes desta licitação.

Tarumã, ____ de _____ de 2017.

LOUISE CAROLINE G. C. PRADO
PRESIDENTE DA COMUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ

ANEXO I - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

“MINUTA DE TERMO DE CONTRATO, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FECHAMENTO LATERAL DAS QUADRAS POLIESPORTIVAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS GILBERTO LEX, JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA E JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ, E DE OUTRO LADO, A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO”:

Pelo presente instrumento particular de contrato a Prefeitura Municipal de Tarumã, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Aroeira, 482, Vila das Árvores, no município de Tarumã, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 64.614.449/0001-22, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Senhor **OSCAR GOZZI**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.758.458-0 -SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda CPF/MF sob o nº 403.647.128-72, residente domiciliado na Rua das Acácias, nº 125, na cidade de Tarumã, do Estado de São Paulo, simplesmente denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____, e Inscrição Estadual nº. _____, com sede a Rua _____ nº. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, neste ato representado por seu representante legal o Senhor _____, portador da Cédula de Identidade (RG) nº. _____, e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº. _____, residente e domiciliado a Rua _____ nº. _____ - _____, no município de _____, Estado de _____, simplesmente denominada **CONTRATADA**, celebram o presente, em observância ao Tomada de Preços nº. ____/2017, homologado em _____, com fulcro na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, assim como pelas condições do Edital, termos da proposta vencedora e conforme as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **Contratação de empresa especializada para fechamento lateral das quadras poliesportivas das Escolas Municipais Gilberto Lex, José Osório de Oliveira e José Rodrigues dos Santos**, conforme descrição contida no ANEXO I, ANEXO II, Memorial Descritivo e Cláusulas Descritas neste termo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA DA VINCULAÇÃO AOS TERMOS DO EDITAL E DA PROPOSTA

2. Os termos deste Instrumento de Contrato se vinculam aos ditames do Edital do Processo nº ____/2017 – Tomada de Preços nº ____/2017, ao Anexo I, ANEXO II, Memorial Descritivo e a Proposta da Licitante vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA DO REGIME DE EXECUÇÃO

3. O objeto deste contrato será executado de forma indireta, em regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO

4. O valor total do presente Termo de Contrato é de R\$ _____ (_____).

4.1. O pagamento será efetuado após o recebimento dos respectivos serviços, mediante emissão de Nota Fiscal ou Recibo, devidamente entregue e lançada junto ao Almoxarifado Municipal, conferida e assinada pela unidade a que se destina, encaminhado para tramitação do Processo de instrução e liquidação junto ao Departamento de Contabilidade, no prazo de até dez dias úteis.

4.2. Após a emissão das respectivas faturas, o Município de Tarumã emitirá Guia de Previdência Social – GPS (INSS) referente à fatura emitida, sendo que a empresa contratada deverá providenciar o respectivo recolhimento para efeito de liberação do recurso.

4.3. Não será admitida proposta com condição de pagamento ANTECIPADO ou de prazo contado da data de EMISSÃO da Nota Fiscal ou recibo;

4.4. Somente serão efetuados pagamentos aos licitantes que não possuam dívida de qualquer natureza e/ou espécie junto à Fazenda Municipal de Tarumã, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos.

4.5. Os pagamentos serão efetuados através de transferência bancária.

CLAÚSULA QUINTA AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO

5. Na ocorrência da necessidade de quantidades maiores ou menores que as estabelecidas nos ANEXOS, até o limite permitido pela legislação vigente de até 25%, serão feitos pedidos adicionais ou reduções equivalentes através da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços.

CLAÚSULA SEXTA DO REAJUSTE DE PREÇOS

6. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

CLAÚSULA SÉTIMA CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

7. As despesas decorrentes da presente Licitação ocorrerão por conta das Dotações Orçamentárias, ante a previsão legal prevista na Lei Orçamentária Anual do Município:

02.15.01 - 12.368.0026.2100 - 4.4.90.51 - **851** - Obras e Instalações

CLAUSULA OITAVA OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8. São obrigações da Contratante sem que a elas se limite:

8.1. Fornecer todos os documentos necessários e informações necessárias ao cumprimento deste instrumento;

8.2. Efetuar os pagamentos devidos ao contratado nos valores, formas e prazos avençados.

8.3. A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos promoverá a fiscalização da execução do objeto e terá toda competência para solicitar alterações ou modificações, desde que respeitados os limites do contrato.

8.4. Com a finalidade de controlar e fiscalizar, fica o servidor público municipal, Sr.(a). _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____ e inscrito no CPF n.º _____, designado a atuar na função de Gestor do Contrato.

8.5. A Contratada, reserva-se o direito de não receber os serviços em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAÚSULA NONA OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9. Fornecer os materiais necessários e executar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas, e ainda as constantes do edital de licitação;

9.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e tributárias decorrentes da execução do presente contrato;

9.3. Providenciar no prazo de 05 (cinco) dias a correção de deficiências e / ou irregularidades apontadas pela Contratante;

9.4. Arcar com eventuais prejuízos causados a Contratante e / ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

9.5. Aceitar, nas mesmas condições avençadas no presente instrumento contratual, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, respeitados os limites legais, conforme dispõe o § 1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;

9.6. Arcar com os custos do uso da água e energia elétrica durante a execução dos serviços, ao fim dos quais, será transferida a titularidade da conta.

9.7. Serão de responsabilidade da Contratada todos os materiais, mão de obra, encargos, as ferramentas e equipamentos, inclusive EPI's de segurança individual dos seus funcionários.

9.8. A contratada será responsável pelo fornecimento, instalação e manutenção de placa alusiva à obra até o término do convênio.

9.9. Todo e qualquer dano que venha a ocorrer posteriores a obra que seja constatada ser de responsabilidade da empresa contratada deverá ser reconstituído pela mesma. Da mesma forma deverá a empresa contratada se responsabilizar por todos os danos e/ou transtornos que venham a ocorrer a terceiros.

9.10. Deverá a contratada, anteriormente a emissão da ordem de serviço, apresentar Acervo Técnico expedido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia para obra semelhante. As medições para fins de pagamentos, serão as efetivamente executadas e conferidas pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento, Obras e Serviços do Município de Tarumã.

9.11. A contratada deverá apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da obra – devidamente recolhida; anteriormente a emissão da ordem de serviço.

9.12. Toda concretagem da obra a ser realizada pela contratada, deverá ocorrer em período diurno, precedido de liberação pela fiscalização.

9.13. Efetuar o recolhimento da GPS de que trata a cláusula 4.2. deste Contrato.

9.14. O licitante vencedor deverá efetuar a Matrícula CEI no prazo máximo de 30 (trinta) dias do início de sua atividade, junto à Receita Federal do Brasil.

9.15. Quando da emissão da Nota Fiscal deverá constar o numero da matricula do Cadastro Especifico do INSS – CEI da obra, bem como discriminar todas as retenções que venham a incidir sobre o pagamento.

9.16. Após o recebimento da ultima parcela de pagamento o proponente vencedor deverá apresentar no prazo máximo de 30 (trinta) dias a Certidão Negativa de Débito – CND da obra.

9.17. A não apresentação da CND da obra no prazo acima determinado implicara na aplicação das penalidades previstas no item 10 do presente edital.

9.18. A empresa vencedora do certame deverá apresentar como condição para emissão da ordem de serviço os seguintes documentos:

9.18.1. Cópia do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA;

9.18.2. Cópia da ficha de E.P.I. de todos funcionários, cadastrados na referida obra;

9.18.3. Cópia do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;

9.18.4. Apresentação de certificado de capacitação em NR – 10 dos funcionários, cuja atividade envolva instalação/manutenção de rede elétrica.

9.18.5. Apresentação de certificado de capacitação em NR – 35 dos funcionários, cuja atividade seja executada em locais com mais de 02 metros de altura.

9.18.6. Cópia dos Atestados de Saúde Ocupacional de todos funcionários cadastrados na referida obra.

CLAUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES POR INADIMPLÊNCIA

10. O atraso injustificado dos serviços, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei nº. 8.666/93, sujeitará o contratado à multa de mora, calculado à ordem de 0,066 % calculado sobre o valor original do termo de contrato, por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte proporção:

10.1. O valor da multa será automaticamente descontado do pagamento a que o adjudicatário tenha direito, originário de fornecimento anterior ou futuro, atualizado a data do efetivo pagamento.

10.2. Não havendo possibilidade dessa forma de compensação, o valor da multa atualizado, deverá ser pago, pelo inadimplente na Prefeitura Municipal. Na ocorrência do não pagamento, o valor será inscrito em dívida ativa para cobrança judicial.

10.3. No caso de reincidência da falta, o contrato será declarado rescindido, e a contratada declarada inidônea, sendo a declaração de inidoneidade publicada no DOE e em jornal local de grande circulação.

CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

11. A vigência do termo de contrato será até 31 de dezembro de 2017, a contar da assinatura do termo de contrato, podendo ser renovado por outros períodos até o limite previsto no art. 57, Inciso II, da Lei nº 8666/93, devendo a empresa contratada entregar o objeto licitado, conforme estipulado no Cronograma Físico-Financeiro.

11.1. Toda prorrogação contratual se fará mediante formalização de termo aditivo a contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA RESCISÃO

12. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto dos artigos 77 a 80 da Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações.

12.1. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

12.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração Municipal;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste convite, desde que haja conveniência para a Administração Municipal;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;

12.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO COMPETENTE

13. A interpretação e aplicação dos termos deste instrumento, será regido pelas Leis Brasileiras, em especial pela Lei nº. 8.666/93 e posteriores alterações, ficando eleito o foro da Comarca de Assis, do Estado de São Paulo, o qual terá jurisdição e competência sobre quaisquer controvérsias do Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para único efeito, conjuntamente com as 2 (duas) testemunhas a seguir, a todo ato presentes para que se produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir e fazer cumprir o presente, por si e seus sucessores em juízo ou fora dele.

Tarumã, ____ de ____ de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARUMÃ
OSCAR GOZZI
Prefeito Municipal
Contratante

Empresa
Representante legal
Contratada

Testemunhas:

1. _____
Sandra Regina de Almeida Moura
RG nº 25.497.743-1 SSP/SP

2. _____
Fábio Alexandre Chenou
RG nº 1.523.129 SSP/MS

ANEXO II – TERMO DE REFERENCIA (PROPOSTA)

ANEXO IV - MODELO DE PROCURAÇÃO E DECLARAÇÕES

ANEXO IV - MODELOS DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2017 – Tomada de Preços nº. ____/2017, sob as penas da Lei, que a
sobredita empresa se enquadra perfeitamente nos exatos termos do artigo 3º da Lei
Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta, portando, a exercer o
direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório, conforme
disposição contida no item 3, do presente Edital.

DECLARO, outrossim, que a empresa não está
enquadrada em qualquer impedimento previsto no artigo 3º, parágrafo 4º, da LC nº. 123/06.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº. documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a
Rua _____ nº ____ - (bairro), no
município de _____, Estado de
_____, inscrita no C.N.P.J. sob nº
_____, Inscrição Estadual nº
_____, neste ato
representada por seu (sócio/procurador), no
uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no
Processo Licitatório nº. ____/2017 – Tomada de Preços nº. ____/2017, sob as penas da Lei, que
inexistem fatos impeditivos à habilitação e participação no referido certame.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os
efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2017 – Tomada de Preços nº. ____/2017, sob as penas da Lei, que cumpre e está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2017 – Tomada de Preços nº. ____/2017 para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

Declara também que atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, para fins do determinado no parágrafo único, art. 117, Constituição do Estado de São Paulo.

E ainda, na qualidade de empregadora, não tem como Sócio, Representante, Administrador, Diretor, Gerente ou Empregado, pessoa condenada por crime ou contravenção penal, em razão da prática de atos de preconceito de raça, cor, sexo ou estado civil, ou pela adoção de práticas inibidoras, atentatórias ou impeditivas do exercício do direito à maternidade ou de qualquer outro critério discriminatório para a admissão ou permanência da mulher ou homem no emprego, nos termos da Lei Estadual nº 10.218 de 12/02/99.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaramos, sob pena de Lei, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2017 – Tomada de Preços nº. ____/2017, que a empresa(razão social/CNPJ) não está impedida de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório nº. ____/2017 – Tomada de Preços nº ____/2017, a indicação do Sr (a) _____, como engenheiro (a) Civil, sob o C.R.E.A. Nº _____, como sendo responsável técnico pela obra licitada.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO

Eu, _____, engenheiro Civil,
registrado sob o C.R.E.A. N° _____:

DECLARO, para fins de participação no Processo Licitatório n°. ____/2017 – Tomada de Preços n° ____/2017, estar ciente e concordar com a minha indicação feita pela empresa _____, CNPJ n° _____, como responsável técnico do objeto desta licitação.

Era o que tinha a declarar, a fim de produzir os efeitos jurídicos e legais de direito.

_____, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
N° documento identidade

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

Declaro sob as penas da Lei que a empresa _____, não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, em atendimento à vedação disposta no subitem 3.5.1. alínea "c" da LDO.

Tarumã, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO

(Razão Social da Empresa), estabelecida a Rua _____ nº ____ - (bairro), no município de _____, Estado de _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, Inscrição Estadual nº _____, neste ato representada por seu (sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

A empresa *****, inscrita no CNPJ sob nº *****, por intermédio do seu representante legal, o Sr. *****, portador do RG ***** SSP/SP, vencedora do processo licitatório acima mencionado, vem por meio deste DECLARAR sob as penas da lei, que a atividade econômica principal, definida pelo código CNAE, que representa maior receita da empresa é no ramo de *****, sob o código *****.

Por ser verdade assina a presente.

Tarumã, ____ de _____ de 2017.

Razão Social da Empresa
Nome do Responsável/Procurador
Cargo do Responsável/Procurador
Nº documento identidade

MODELO DE PROCURAÇÃO

(Este modelo é facultativo, podendo ser utilizado outros modelos)

- Eu,.....(sócio proprietário), residente na rua, na cidade de, portador da RG e CPF....., venho por meio desta, nomear o Senhor(a)....., portador do RG....., residente a rua....., nº....., como meu bastante procurador, para o fim especial de representar a empresa, situada a rua (Avenida)....., nº, na cidade de, Estado de, CNPJ..... e Inscrição Estadual....., junto a Prefeitura Municipal de Tarumã, SP, no edital de Licitação Processo nº ____/2017, Modalidade Tomada de Preços nº ____/2017, para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da minha empresa acima citada, inclusive para assinatura do Contrato.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

_____ de _____ de 2017.

Ass.

ANEXO V – MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO:

FECHAMENTO LATERAL DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL GILBERTO LEX.

ENDEREÇO DA OBRA:

- ESCOLA MUNICIPAL GILBERTO LEX
Av. dos Sábias, nº 740, Vila do Lago, Tarumã / SP.

PRAZO:

Obra a ser executada em 07 (sete) dias, a contar da emissão de ordem de serviço.

ÁREAS DA CONSTRUÇÃO¹:

- Quadra da E.M.² Gilberto Lex: ~ 574,5 m²

A. GENERALIDADES

O memorial descritivo tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos para execução do objeto proposto, a fim de criar documentação técnica necessária para um certame licitatório, com todas e quaisquer particularidades objetivadas. Consta do presente memorial a descrição dos elementos constituintes do **processo e peças gráficas de arquitetura para execução dos fechamentos laterais**, com suas respectivas sequências executivas e especificações técnicas dos materiais, porém, para execução é necessário a medição in loco, bem como para nível de orçamento.

Neste Memorial Descritivo entende-se como **“executante”** a empresa vencedora do certame licitatório, e consequentemente, executora do objeto proposto; entende-se por **“fiscalização”** a Prefeitura Municipal da cidade de Tarumã / SP, que poderá ser representada por membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, parte responsável pela gestão das Escolas Municipais, e também, por membros da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, responsáveis diretos pelo objeto proposto e andamento da obra.

¹ **Construção:** entende-se como áreas de construção, a área construída existente no local, perfazendo as áreas descritas no item específico, mas em breve descrição é composto por fechamentos em alvenaria, arquibancadas, bem como cobertura em telha metálica em estrutura curvada, portanto, não é o montante corresponde a executar.

² **E.M.:** Escola Municipal

Todos os materiais especificados serão fornecidos pela executante. Para uma boa compreensão do proposto e conhecimento das condições em que se desenvolverá a obra, **é exigida visita prévia ao local**, pois a fiscalização não aceitará em condições alguma, alegações da executante referente ao desenvolvimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe especificado, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus dali decorrente. Para tal, **a executante efetuará seu próprio levantamento** das quantidades necessárias à execução da obra.

É de inteira responsabilidade da executante a observância das **Normas de Segurança do Trabalho** nas atividades de construção civil, em conformidade com a portaria nº 15 de 18/08/1972, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, com a NR-18 que institui condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como a NR-35 que institui condições para trabalho em altura, tendo em vista que haverá atividades executadas acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, que haverá nível de queda; bem como toda e qualquer normas subsequentes a portaria citada.

Os equipamentos, ferramentas, instalações e a mão-de-obra para a execução da obra deverão **assegurar progresso e técnica satisfatórios**, compatíveis com a natureza e volume de cada serviço, com acabamento esmerado e uso da boa técnica, para a obtenção de um bom padrão de construção. Reserva-se à Fiscalização o direito de interromper a obra quando constatada a utilização de profissionais incapacitados, ferramentas impróprias ou técnicas construtivas que prejudiquem a **qualidade da obra**. Ou seja, toda a mão-de-obra a ser empregada na execução do objeto será de **primeira qualidade, atuando de forma esmerada**, e de inteiro acordo com as especificações; serão exigidos qualidade e acabamento nos serviços a serem executados.

A executante se obrigará, às suas expensas, a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução das obras e serviços, bem como será a única responsável por danos causados a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão, ainda que ocorridos em via pública, até o **recebimento definitivo** da obra por parte da Prefeitura Municipal de Tarumã/SP.

A executante da obra será responsável e responderá durante 5 (cinco) anos pela execução e qualidade dos materiais empregados, nos termos do Art. 1245 do Código Civil Brasileiro, que diz: *"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o Empreiteiro de materiais e execução responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo, exceto, quanto a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra."*

B. OBJETIVO DO DOCUMENTO

A executante *manterá* na obra tantos operários quantos forem necessários para o perfeito andamento da mesma. Caso a obra esteja sendo conduzida de maneira tal que **prejudique o cumprimento do prazo**, a fiscalização poderá exigir o aumento do efetivo de pessoal, de modo a compensar o atraso. Como também poderá exigir ou vetar qualquer empregado no interesse do bom andamento dos serviços.

Todo o material especificado, quando não puder ser atendido conforme as Especificações Técnicas, por estar em falta no mercado ou qualquer outro motivo que impeça sua aquisição, obriga a imediata comunicação do fato à Fiscalização, que determinará a substituição por outro, de mesma qualidade e que atenda ao projeto.

Ficará a cargo da executante todas as despesas referentes a licença, emolumentos, taxas de obra e da edificação, registro em cartório, CND, publicação, etc.

C. ESTRUTURA EXISTENTE E A EXECUTAR

Para entendimento do objeto a construir, se faz necessário entender o objeto existente, onde sabe-se que a quadra onde foi proposto o fechamento com telha de zinco, possui toda estrutura necessária para o bom funcionamento do equipamento poliesportivo, de modo a atender a necessidade da unidade educacional onde está implantado, contendo piso em perfeito acabamento, salas de apoio e arquibancadas, bem como cobertura já existente, conforme projeto arquitetônico em anexo.

Sobre a estrutura a executar, é basicamente composta por fechamento em telha de zinco, pois especialmente nesta quadra já existe um fechamento em alvenaria a altura descrita em projeto, o que descarta o uso do gradil metálico conforme outros casos.

SERVIÇOS A EXECUTAR

1. SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1. Canteiro de Obra e Galpão:

Deverá ser constantemente limpo, não podendo permanecer entulho de obra nas imediações, tendo em vista atenção particular ao local de execução, que estará sujeito a presença de crianças e jovens, tão logo a fiscalização poderá determinar cuidados específicos no decorrer da obra. Sabe-se que todos os serviços de demolição e de retiradas de materiais deverão ser executados com o máximo cuidado, a fim de se obter o reaproveitamento do maior número de material possível, bem como o cuidado necessário durante qualquer demolição, certificando as providências necessárias para que os serviços de demolições não afetem estruturalmente o prédio e imóveis lindeiros. Será executado um **galpão de obra** (ou container) a fim de guarda de material de obra e de pertences dos operários.

2. FECHAMENTOS LATERAIS

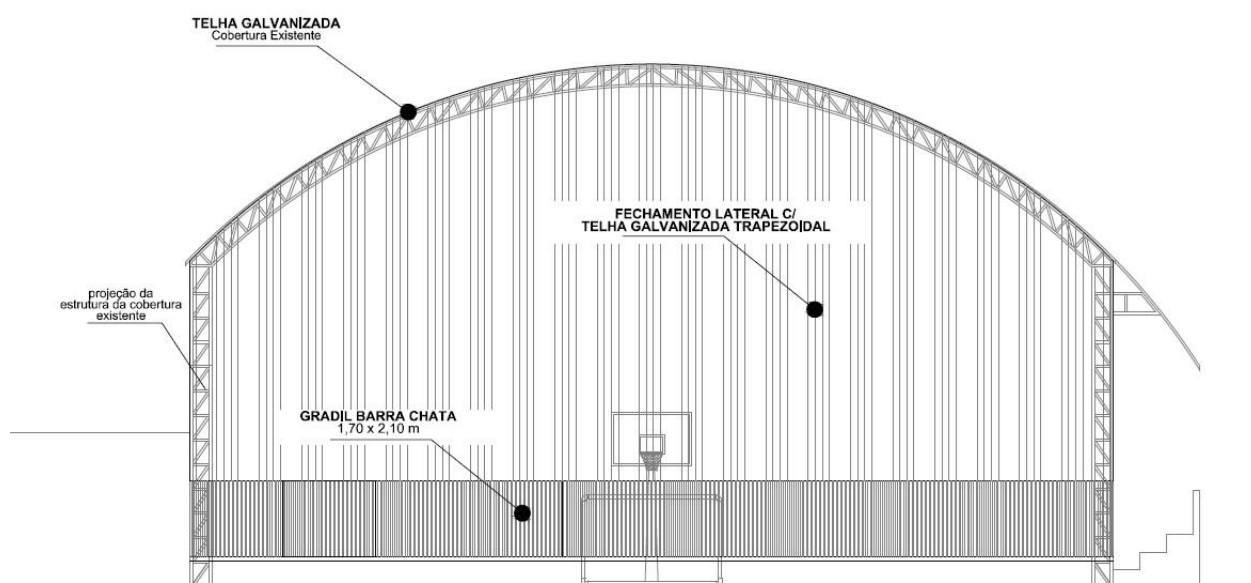


Imagem 02: Esquema Ilustrativo da proposta de fechamento das quadras [sem escala].

2.1. Telha Metálica ondulada com chapa de aço zincada 0,50 mm

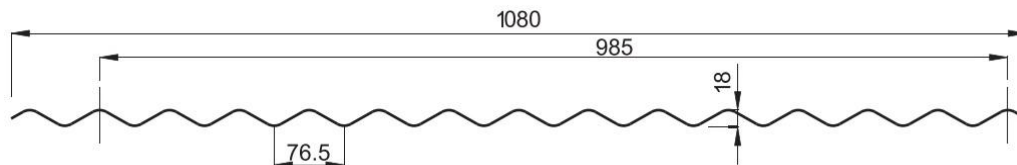


Imagem 05: Exemplo de Telha Metálica Ondulada Zincada.

Em todo o perímetro lateral, além do fechamento com grade de ferro já descrito, o restante do fechamento será executado em telha metálica ondulada com chapa de aço zincada, com espessura de 0,50 mm, 1100 mm de comprimento, peso de 4,59 kg/m², com 03 apoios, que são usualmente utilizada para fechamento ou cobertura, conforme descrição do fabricante.

A estruturação da telha metálica também será de acordo com descrição e exigências do fabricante.

3. PINTURA

Todas as superfícies a pintar serão minuciosamente examinadas, cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinarem, conforme as instruções dos fabricantes de tintas.

O conjunto complementa o fechamento já deverá estar devidamente pintado, conforme especificamente supracitada, e que todas as pinturas serão precedidas pela execução de amostras, e também deverão ser aprovadas pela fiscalização. Como uma breve descrição da pintura, sabe-se que as estruturas metálicas a serem pintadas deverá ser lixada e limpa, livre de quaisquer sujeiras e escamas, como também receber os fundos preparadores que se fizerem necessários.

4. LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS

Remover todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os excessos. Bem como toda a pavimentação do entorno serão limpos e lavados de modo a não serem danificadas outras partes da obra por estes serviços de limpeza. Vale ressaltar que remover e transportar esses resíduos será às expensas da executante. Deverá observar o reaproveitamento da placa de obra e de outros materiais, conforme indicação da fiscalização.

Prover a desmontagem dos galpões, ou retirada do container, utilizado para guarda de materiais durante a obra, observar o reaproveitamento dos materiais (caso seja galpão de compensado e madeira), conforme indicação da fiscalização.

5. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Cabe salientar que todas as atividades desenvolvidas para a execução da obra não devem interferir ou alterar de forma permanente com a estrutura existente ou que vier a existir no local. Uma vez que o objeto proposta está inserido em meio já consolidado, e que possui suas particularidades que requer certo nível de cuidado.

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO:

FECHAMENTO LATERAL DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ OZÓRIO DE OLIVEIRA

ENDEREÇO DA OBRA:

- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ OZÓRIO DE OLIVEIRA
Av. dos Lírios, nº 600, Centro, Tarumã, SP

PRAZO:

Obra a ser executada em 07 (sete) dias, a contar da emissão de ordem de serviço.

ÁREAS DA CONSTRUÇÃO¹:

- Quadra da E.M.² José Ozório de Oliveira: 771 m²

D. GENERALIDADES

O memorial descritivo tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos para execução do objeto proposto, a fim de criar documentação técnica necessária para um certame licitatório, com todas e quaisquer particularidades objetivadas. Consta do presente memorial a descrição dos elementos constituintes do **processo e peças gráficas de arquitetura para execução dos fechamentos laterais**, com suas respectivas sequências executivas e especificações técnicas dos materiais, porém, para execução é necessário a medição in loco, bem como para nível de orçamento.

Neste Memorial Descritivo entende-se como **"executante"** a empresa vencedora do certame licitatório, e consequentemente, executora do objeto proposto; entende-se por **"fiscalização"** a Prefeitura Municipal da cidade de Tarumã / SP, que poderá ser representada por membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, parte responsável pela gestão das Escolas Municipais, e também, por membros da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, responsáveis diretos pelo objeto proposto e andamento da obra.

¹ **Construção:** entende-se como áreas de construção, a área construída existente no local, perfazendo as áreas descritas no item específico, mas em breve descrição é composto por fechamentos em alvenaria, arquibancadas, bem como cobertura em telha metálica em estrutura curvada, portanto, não é o montante corresponde a executar.

² **E.M.:** Escola Municipal

Todos os materiais especificados serão fornecidos pela executante. Para uma boa compreensão do proposto e conhecimento das condições em que se desenvolverá a obra, **é exigida visita prévia ao local**, pois a fiscalização não aceitará em condições alguma, alegações da executante referente ao desenvolvimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe especificado, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus dali decorrente. Para tal, **a executante efetuará seu próprio levantamento** das quantidades necessárias à execução da obra.

É de inteira responsabilidade da executante a observância das **Normas de Segurança do Trabalho** nas atividades de construção civil, em conformidade com a portaria nº 15 de 18/08/1972, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, com a NR-18 que institui condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como a NR-35 que institui condições para trabalho em altura, tendo em vista que haverá atividades executadas acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, que haverá nível de queda; bem como toda e qualquer normas subsequentes a portaria citada.

Os equipamentos, ferramentas, instalações e a mão-de-obra para a execução da obra deverão **assegurar progresso e técnica satisfatórios**, compatíveis com a natureza e volume de cada serviço, com acabamento esmerado e uso da boa técnica, para a obtenção de um bom padrão de construção. Reserva-se à Fiscalização o direito de interromper a obra quando constatada a utilização de profissionais incapacitados, ferramentas impróprias ou técnicas construtivas que prejudiquem a **qualidade da obra**. Ou seja, toda a mão-de-obra a ser empregada na execução do objeto será de **primeira qualidade, atuando de forma esmerada**, e de inteiro acordo com as especificações; serão exigidos qualidade e acabamento nos serviços a serem executados.

A executante se obrigará, às suas expensas, a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução das obras e serviços, bem como será a única responsável por danos causados a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão, ainda que ocorridos em via pública, até o **recebimento definitivo** da obra por parte da Prefeitura Municipal de Tarumã/SP.

A executante da obra será responsável e responderá durante 5 (cinco) anos pela execução e qualidade dos materiais empregados, nos termos do Art. 1245 do Código Civil Brasileiro, que diz: *"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o Empreiteiro de materiais e execução responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo, exceto, quanto a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra."*

E. OBJETIVO DO DOCUMENTO

A executante manterá na obra tantos operários quantos forem necessários para o perfeito andamento da mesma. Caso a obra esteja sendo conduzida de maneira tal que **prejudique o cumprimento do prazo**, a fiscalização poderá exigir o aumento do efetivo de pessoal, de modo a compensar o atraso. Como também poderá exigir ou vetar qualquer empregado no interesse do bom andamento dos serviços.

Todo o material especificado, quando não puder ser atendido conforme as Especificações Técnicas, por estar em falta no mercado ou qualquer outro motivo que impeça sua aquisição, obriga a imediata comunicação do fato à Fiscalização, que determinará a substituição por outro, de mesma qualidade e que atenda ao projeto.

Ficará a cargo da executante todas as despesas referentes a licença, emolumentos, taxas de obra e da edificação, registro em cartório, CND, publicação, etc.

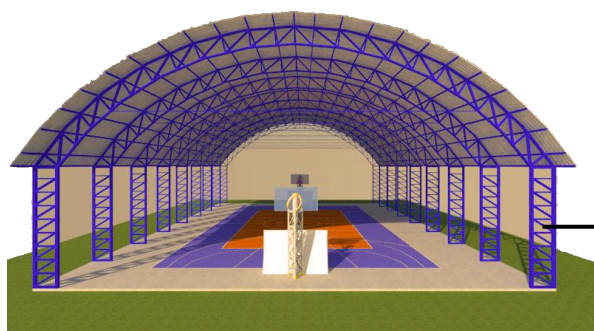
F. ESTRUTURA EXISTENTE E A EXECUTAR

Para

entendimento do objeto a construir, se faz necessário entender o objeto existente, onde sabe-se que a quadra onde foi proposto o fechamento com gradil e telha de zinco, possui toda estrutura necessária para o bom funcionamento do equipamento poliesportivo, de modo a atender a necessidade da unidade educacional onde está implantado, contendo piso em perfeito acabamento, salas de apoio e arquibancadas, bem como cobertura já existente, conforme projeto arquitetônico em anexo.

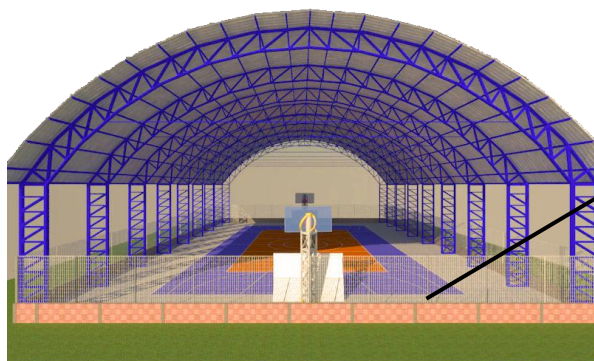
Sobre a estrutura a executar, é basicamente dividida em 2 (fases), que são:

- **FASE I:** Execução da base em alvenaria para chumbamento do gradil de ferro chato, com altura de 0,60 m e comprimento de acordo com medição in loco. As medidas não são regulares, uma vez que no local já existem estruturas e que, portanto, limitarão o gradil em eventuais pontos;
- **FASE II:** Fechamento lateral metálico com telha de chapa de aço zincado.



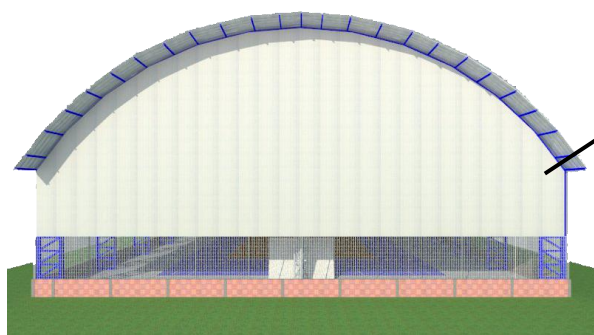
SITUAÇÃO ATUAL

Sem fechamento lateral, apenas a cobertura em arco e o piso.



FASE I: GRADIL

Base de alvenaria de 0,60m e gradil com barra chata de 1,70m, perfazendo 2,30m do nível do piso.



FASE II: FECHAMENTO LATERAL

Fechamento em telha metálica de aço zincado ondulado.

Imagem 01: Esquema ilustrativo das fases do projeto com a situação atual.

SERVIÇOS A EXECUTAR

6. SERVIÇOS PRELIMINARES

6.1. Canteiro de Obra e Galpão:

Deverá ser constantemente limpo, não podendo permanecer entulho de obra nas imediações, tendo em vista atenção particular ao local de execução, que estará sujeito a presença de crianças e jovens, tão logo a fiscalização poderá determinar cuidados específicos no decorrer da obra. Sabe-se que todos os serviços de demolição e de retiradas de materiais deverão ser executados com o máximo cuidado, a fim de se obter o reaproveitamento do maior número de material possível, bem como o cuidado necessário durante qualquer demolição, certificando as providências necessárias para que os serviços de demolições não afetem estruturalmente o prédio e imóveis lindeiros. Será executado um **galpão de obra** (ou container) a fim de guarda de material de obra e de pertences dos operários.

7. BASE PARA FIXAÇÃO DO GRADIL E GRADIL

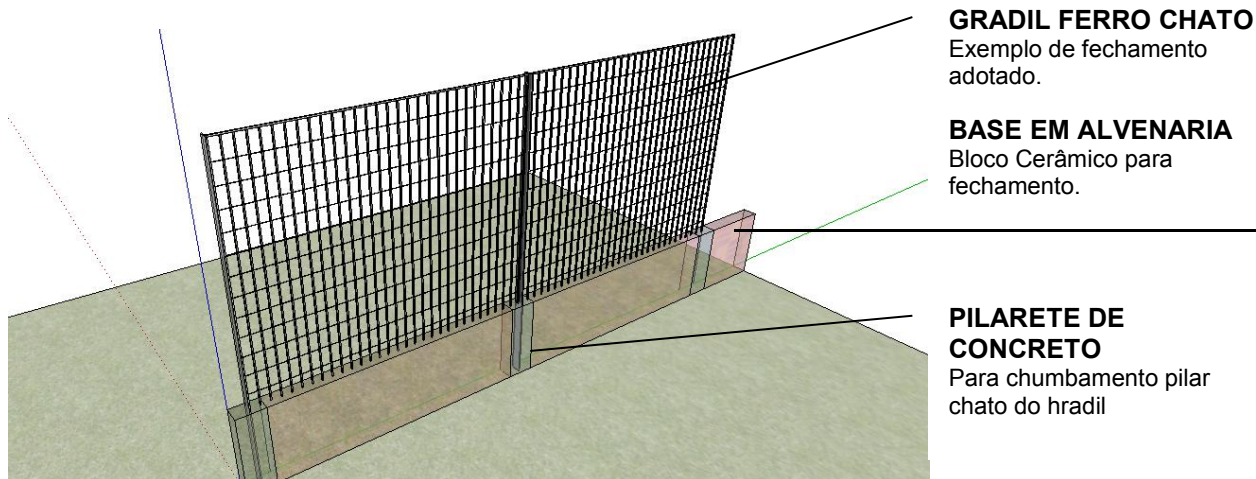


Imagem 02: Esquema Ilustrativo da Fase I, fechamento com gradil.

7.1. Viga Baldrame

As vigas baldrame que darão estrutura para a fixação dos gradis, serão executadas, a princípio, sobre o nível natural do terreno; nos trechos em que for necessária, será executada aberta das valas para execução das vigas de baldrame, com seção de aproximadamente 0,15 x 0,20 m.

O fundo da vala deverá ser fortemente apiloado com soquete, sobre o qual será espalhado lastro de brita 2, com 5 cm de espessura.

Para concretagem da baldrame, será utilizado formas de madeira com seção de 15 x 25 cm; a colocação da armadura da viga será com 4 (quatro) ferros de Ø 10,0 mm, com estribos de Ø 4,2 mm a cada 15 cm, e recobrimento do concreto de 2 cm, ou conforme Projeto Estrutural fornecido pelo executante.

7.2. Base em Alvenaria

Para fixação do gradil será executada uma mureta com altura, a princípio, de 0,60 m, podendo haver alterações, para suporte do fechamento. Será executada em bloco cerâmico ou de concreto.

7.3. Pilares/Pilaretes

A cada 2,10 m de espaçamento no perímetro do gradil, será executado um pilarete de concreto onde haverá o chumbamento do pilar que dará suporte ao gradil posteriormente. Deve ressaltar que o fck não deverá ser inferior a 20 Mpa.

8. GRADIL PARA FECHAMENTO ELETROFUNDIDO

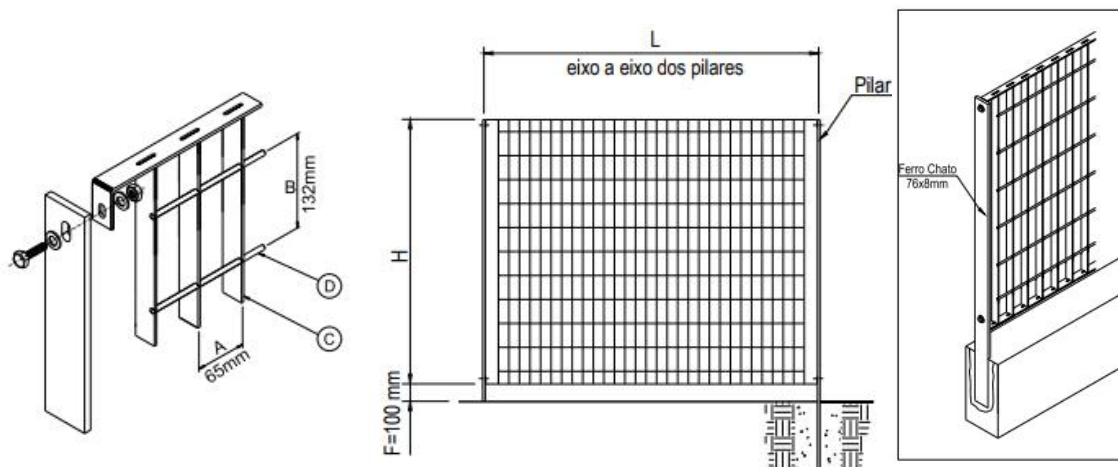


Imagem 03: Esquematisações técnicas do Gradil proposto com detalhe da malha, da fixação e do chumbamento.

8.1. Gradil:

Gradil eletrofundido com dimensão de 1,7 de largura, e 2,1 de altura, a princípio, composto de barras chatas verticais em três bitolas opcionais (25x2/25x3/30x4 mm) e barras horizontais em fio redondo com diâmetro de 4,80mm. Malha de 65x132 mm, e quadro externo reforçado para fixação em pilares de ferro chato laminado para chumbar, com uso de parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável, e chumbadores de expansão. Acabamento galvanizado a fogo e revestimento de pintura eletrostática com poliéster na cor azul.

8.2. Pilar Metálico:

Pilares de fixação de ferro chato laminado para chumbar de 76x8mm, parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável, chumbadores de expansão. Com altura de 2,1 m para chumbar e no mínimo 02 fixadores por pilar, também pintados com acabamento galvanizado a quente e revestido com pintura eletrostática com poliéster na cor azul.

9. FECHAMENTOS LATERAIS

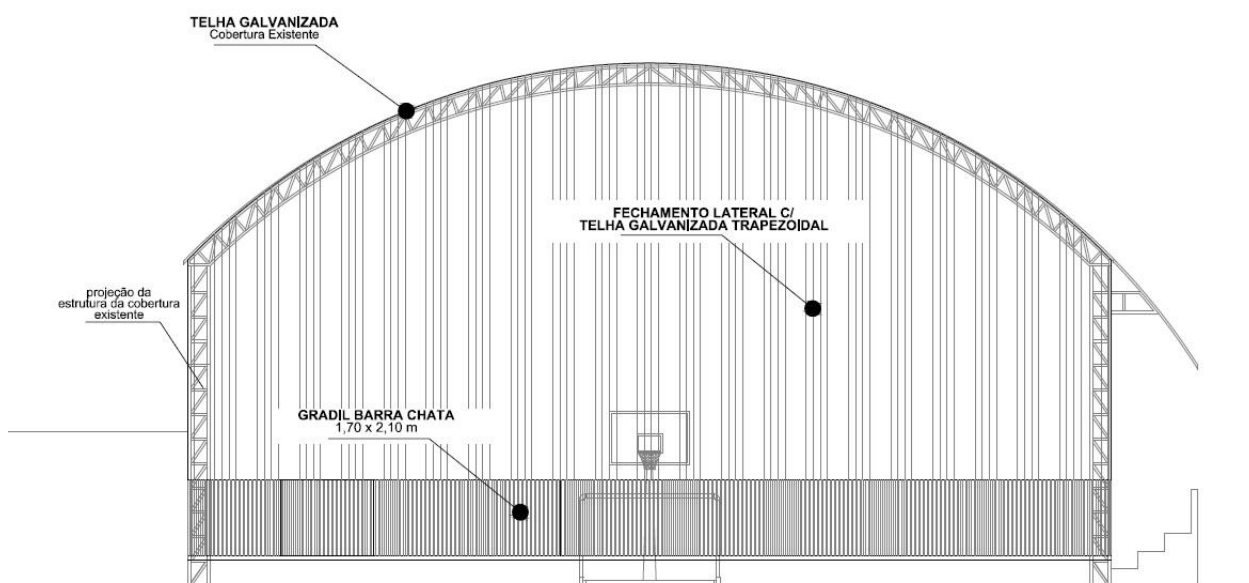


Imagem 04: Esquema Ilustrativo da proposta de fechamento das quadras [sem escala].

9.1. Telha Metálica ondulada com chapa de aço zincada 0,50 mm

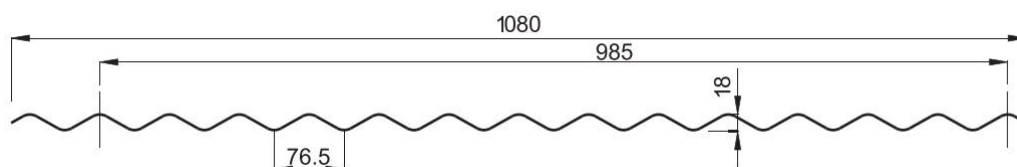


Imagem 05: Exemplo de Telha Metálica Ondulada Zincada.

Em todo o perímetro lateral, além do fechamento com grade de ferro já descrito, o restante do fechamento será executado em telha metálica ondulada com chapa de aço zincada, com espessura de 0,50 mm, 1100 mm de comprimento, peso de 4,59 kg/m², com 03 apoios, que são usualmente utilizada para fechamento ou cobertura, conforme descrição do fabricante.

A estruturação da telha metálica também será de acordo com descrição e exigências do fabricante.

10. PINTURA

Todas as superfícies a pintar serão minuciosamente examinadas, cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinarem, conforme as instruções dos fabricantes de tintas.

O conjunto de gradil que complementa o fechamento já deverá estar devidamente pintado, conforme especificamente supracitada. O restante do fechamento e a base para fixação do gradil, deverá receber pintura atendendo as solicitações da fiscalização, e que todas as pinturas serão precedidas pela execução de amostras, e também deverão ser aprovadas pela fiscalização. Como uma breve descrição da pintura, sabe-se que as estruturas metálicas a serem pintadas deverá ser lixada e limpa, livre de quaisquer sujeiras e escamas, como também receber os fundos preparadores que se fizerem necessários.

11. LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS

Remover todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os excessos. Bem como toda a pavimentação do entorno serão limpos e lavados de modo a não serem danificadas outras partes da obra por estes serviços de limpeza. Vale ressaltar que remover e transportar esses resíduos será às expensas da executante. Deverá observar o reaproveitamento da placa de obra e de outros materiais, conforme indicação da fiscalização.

Prover a desmontagem dos galpões, ou retirada do container, utilizado para guarda de materiais durante a obra, observar o reaproveitamento dos materiais (caso seja galpão de compensado e madeira), conforme indicação da fiscalização.

12. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Cabe salientar que todas as atividades desenvolvidas para a execução da obra não devem interferir ou alterar de forma permanente com a estrutura existente ou que vier a existir no local. Uma vez que o objeto proposta está inserido em meio já consolidado, e que possui suas particularidades que requer certo nível de cuidado.

MEMORIAL DESCRITIVO

OBJETO:

FECHAMENTO LATERAL DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS.

ENDEREÇO DA OBRA:

- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS
R. Tocantins, nº 286, Vila Água Bonita, Tarumã / SP.

PRAZO:

Obra a ser executada em 07 (sete) dias, a contar da emissão de ordem de serviço.

ÁREAS DA CONSTRUÇÃO¹:

- Quadra da E.M.² José Rodrigues dos Santos: ~ 650 m²

G. GENERALIDADES

O memorial descritivo tem a finalidade de caracterizar criteriosamente todos os materiais e componentes envolvidos para execução do objeto proposto, a fim de criar documentação técnica necessária para um certame licitatório, com todas e quaisquer particularidades objetivadas. Consta do presente memorial a descrição dos elementos constituintes do **processo e peças gráficas de arquitetura para execução dos fechamentos laterais**, com suas respectivas sequências executivas e especificações técnicas dos materiais, porém, para execução é necessário a medição in loco, bem como para nível de orçamento.

Neste Memorial Descritivo entende-se como **"executante"** a empresa vencedora do certame licitatório, e consequentemente, executora do objeto proposto; entende-se por **"fiscalização"** a Prefeitura Municipal da cidade de Tarumã / SP, que poderá ser representada por membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo, parte responsável pela gestão das Escolas Municipais, e também, por membros da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Obras e Serviços Urbanos, responsáveis diretos pelo objeto proposto e andamento da obra.

¹ **Construção:** entende-se como áreas de construção, a área construída existente no local, perfazendo as áreas descritas no item específico, mas em breve descrição é composto por fechamentos em alvenaria, arquibancadas, bem como cobertura em telha metálica em estrutura curvada, portanto, não é o montante corresponde a executar.

² **E.M.:** Escola Municipal

Todos os materiais especificados serão fornecidos pela executante. Para uma boa compreensão do proposto e conhecimento das condições em que se desenvolverá a obra, **é exigida visita prévia ao local**, pois a fiscalização não aceitará em condições alguma, alegações da executante referente ao desenvolvimento, incompreensão, dúvida ou esquecimento de qualquer detalhe especificado, sendo de sua responsabilidade qualquer ônus dali decorrente. Para tal, **a executante efetuará seu próprio levantamento** das quantidades necessárias à execução da obra.

É de inteira responsabilidade da executante a observância das **Normas de Segurança do Trabalho** nas atividades de construção civil, em conformidade com a portaria nº 15 de 18/08/1972, do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, com a NR-18 que institui condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, bem como a NR-35 que institui condições para trabalho em altura, tendo em vista que haverá atividades executadas acima de 2,00 m (dois metros) do nível inferior, que haverá nível de queda; bem como toda e qualquer normas subsequentes a portaria citada.

Os equipamentos, ferramentas, instalações e a mão-de-obra para a execução da obra deverão **assegurar progresso e técnica satisfatórios**, compatíveis com a natureza e volume de cada serviço, com acabamento esmerado e uso da boa técnica, para a obtenção de um bom padrão de construção. Reserva-se à Fiscalização o direito de interromper a obra quando constatada a utilização de profissionais incapacitados, ferramentas impróprias ou técnicas construtivas que prejudiquem a **qualidade da obra**. Ou seja, toda a mão-de-obra a ser empregada na execução do objeto será de **primeira qualidade, atuando de forma esmerada**, e de inteiro acordo com as especificações; serão exigidos qualidade e acabamento nos serviços a serem executados.

A executante se obrigará, às suas expensas, a corrigir quaisquer vícios ou defeitos na execução das obras e serviços, bem como será a única responsável por danos causados a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia ou omissão, ainda que ocorridos em via pública, até o **recebimento definitivo** da obra por parte da Prefeitura Municipal de Tarumã/SP.

A executante da obra será responsável e responderá durante 5 (cinco) anos pela execução e qualidade dos materiais empregados, nos termos do Art. 1245 do Código Civil Brasileiro, que diz: *"Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o Empreiteiro de materiais e execução responderá durante 5 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais como do solo, exceto, quanto a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra."*

H. OBJETIVO DO DOCUMENTO

A executante *manterá* na obra tantos operários quantos forem necessários para o perfeito andamento da mesma. Caso a obra esteja sendo conduzida de maneira tal que **prejudique o cumprimento do prazo**, a fiscalização poderá exigir o aumento do efetivo de pessoal, de modo a compensar o atraso. Como também poderá exigir ou vetar qualquer empregado no interesse do bom andamento dos serviços.

Todo o material especificado, quando não puder ser atendido conforme as Especificações Técnicas, por estar em falta no mercado ou qualquer outro motivo que impeça sua aquisição, obriga a imediata comunicação do fato à Fiscalização, que determinará a substituição por outro, de mesma qualidade e que atenda ao projeto.

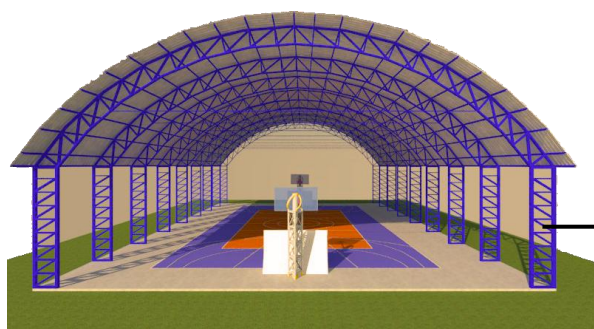
Ficará a cargo da executante todas as despesas referentes a licença, emolumentos, taxas de obra e da edificação, registro em cartório, CND, publicação, etc.

I. ESTRUTURA EXISTENTE E A EXECUTAR

Para entendimento do objeto a construir, se faz necessário entender o objeto existente, onde sabe-se que a quadra onde foi proposto o fechamento com gradil e telha de zinco, possui toda estrutura necessária para o bom funcionamento do equipamento poliesportivo, de modo a atender a necessidade da unidade educacional onde está implantado, contendo piso em perfeito acabamento, salas de apoio e arquibancadas, bem como cobertura já existente, conforme projeto arquitetônico em anexo.

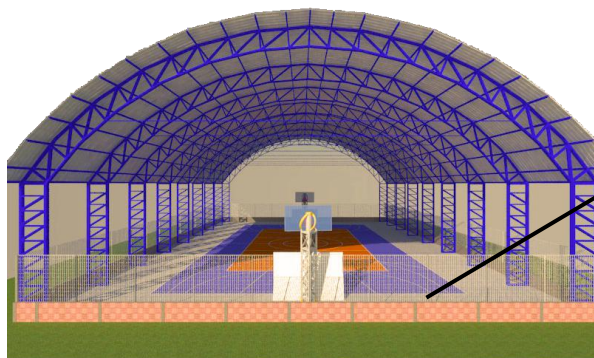
Sobre a estrutura a executar, é basicamente dividida em 2 (fases), que são:

- **FASE I:** Execução da base em alvenaria para chumbamento do gradil de ferro chato, com altura de 0,60 m e comprimento de acordo com medição in loco. As medidas não são regulares, uma vez que no local já existem estruturas e que, portanto, limitarão o gradil em eventuais pontos;
- **FASE II:** Fechamento lateral metálico com telha de chapa de aço zincado.



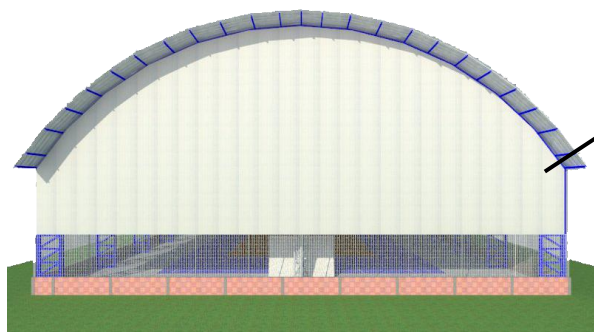
SITUAÇÃO ATUAL

Sem fechamento lateral, apenas a cobertura em arco e o piso.



FASE I: GRADIL

Base de alvenaria de 0,60m e gradil com barra chata de 1,70m, perfazendo 2,30m do nível do piso.



FASE II: FECHAMENTO LATERAL

Fechamento em telha metálica de aço zincado ondulada.

gem 01: Esquema ilustrativo das fases do projeto com a situação atual.

SERVIÇOS A EXECUTAR

13. SERVIÇOS PRELIMINARES

13.1. Canteiro de Obra e Galpão:

Deverá ser constantemente limpo, não podendo permanecer entulho de obra nas imediações, tendo em vista atenção particular ao local de execução, que estará sujeito a presença de crianças e jovens, tão logo a fiscalização poderá determinar cuidados específicos no decorrer da obra. Sabe-se que todos os serviços de demolição e de retiradas de materiais deverão ser executados com o máximo cuidado, a fim de se obter o reaproveitamento do maior número de material possível, bem como o cuidado necessário durante qualquer demolição, certificando as providências necessárias para que os serviços de demolições não afetem estruturalmente o prédio e imóveis lindeiros. Será executado um **galpão de obra** (ou container) a fim de guarda de material de obra e de pertences dos operários.

14. BASE PARA FIXAÇÃO DO GRADIL E GRADIL

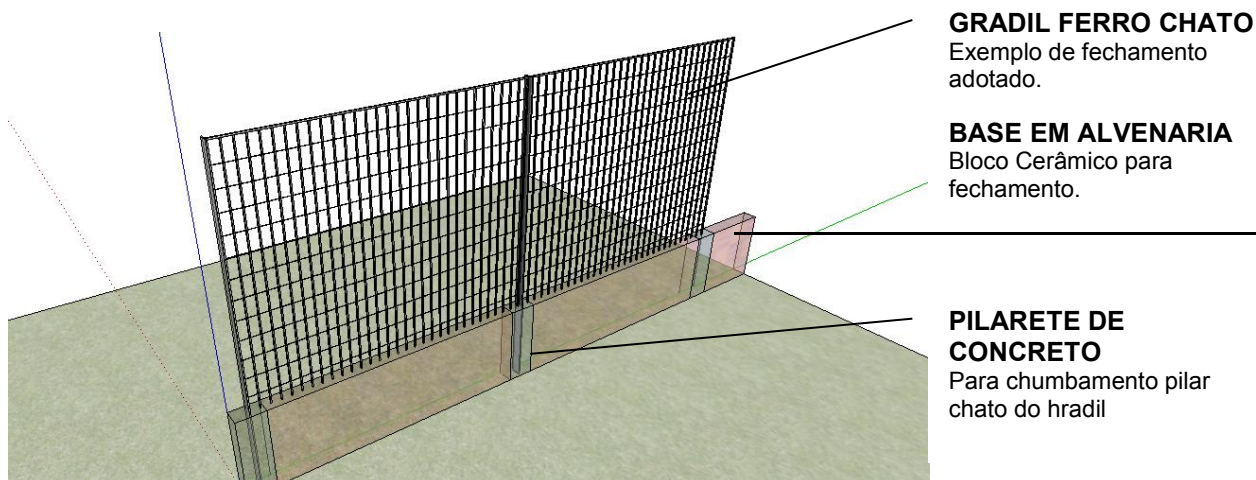


Imagem 02: Esquema Ilustrativo da Fase I, fechamento com gradil.

14.1. Viga Baldrame

As vigas baldrame que darão estrutura para a fixação dos gradis, serão executadas, a princípio, sobre o nível natural do terreno; nos trechos em que for necessária, será executada aberta das valas para execução das vigas de baldrame, com seção de aproximadamente 0,15 x 0,20 m.

O fundo da vala deverá ser fortemente apiloado com soquete, sobre o qual será espalhado lastro de brita 2, com 5 cm de espessura.

Para concretagem da baldrame, será utilizado formas de madeira com seção de 15 x 25 cm; a colocação da armadura da viga será com 4 (quatro) ferros de Ø 10,0 mm, com estribos

de Ø 4,2 mm a cada 15 cm, e recobrimento do concreto de 2 cm, ou conforme Projeto Estrutural fornecido pelo executante.

14.2. Base em Alvenaria

Para fixação do gradil será executada uma mureta com altura, a princípio, de 0,60 m, podendo haver alterações, para suporte do fechamento. Será executada em bloco cerâmico ou de concreto.

14.3. Pilares/Pilaretes

A cada 2,10 m de espaçamento no perímetro do gradil, será executado um pilarete de concreto onde haverá o chumbamento do pilar que dará suporte ao gradil posteriormente. Deve ressaltar que o fck não deverá ser inferior a 20 Mpa.

15. GRADIL PARA FECHAMENTO ELETROFUNDIDO

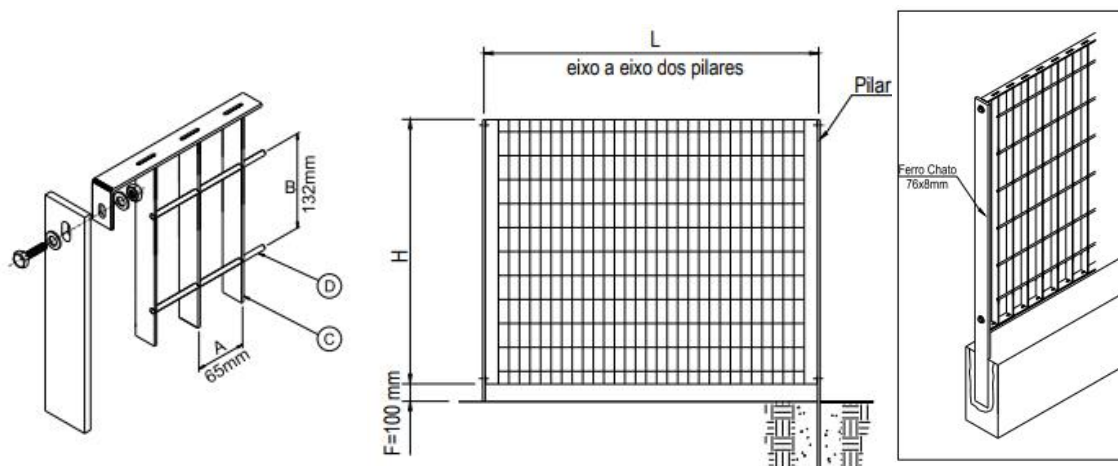


Imagem 03: Esquematisações técnicas do Gradil proposto com detalhe da malha, da fixação e do chumbamento.

15.1. Gradil:

Gradil eletrofundido com dimensão de 1,7 de largura, e 2,1 de altura, a princípio, composto de barras chatas verticais em três bitolas opcionais (25x2/25x3/30x4 mm) e barras horizontais em fio redondo com diâmetro de 4,80mm. Malha de 65x132 mm, e quadro externo reforçado para fixação em pilares de ferro chato laminado para chumbar, com uso de parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável, e chumbadores de expansão. Acabamento galvanizado a fogo e revestimento de pintura eletrostática com poliéster na cor azul.

15.2. Pilar Metálico:

Pilares de fixação de ferro chato laminado para chumbar de 76x8mm, parafusos sextavados ou anti-roubo em aço inoxidável, chumbadores de expansão. Com altura de 2,1 m para chumbar e no mínimo 02 fixadores por pilar, também pintados com acabamento galvanizado a quente e revestido com pintura eletrostática com poliéster na cor azul.

16. FECHAMENTOS LATERAIS

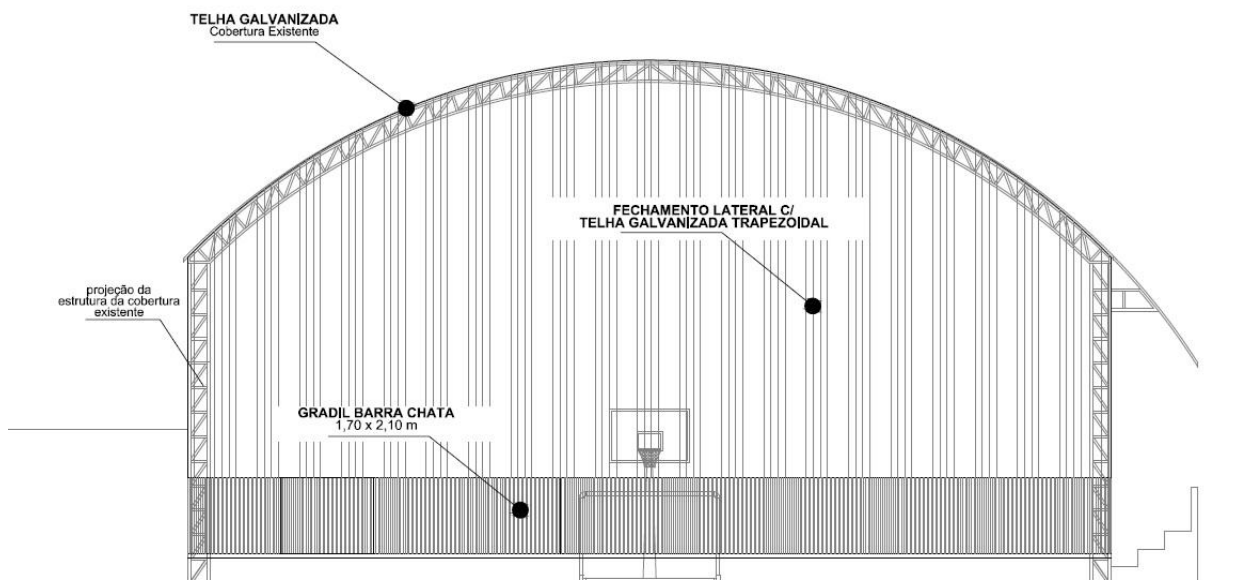


Imagem 04: Esquema Ilustrativo da proposta de fechamento das quadras [sem escala].

16.1. Telha Metálica ondulada com chapa de aço zincada 0,50 mm

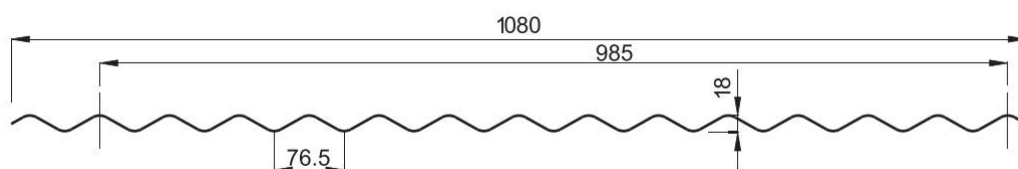


Imagem 05: Exemplo de Telha Metálica Ondulada Zincada.

Em todo o perímetro lateral, além do fechamento com grade de ferro já descrito, o restante do fechamento será executado em telha metálica ondulada com chapa de aço zincada, com espessura de 0,50 mm, 1100 mm de comprimento, peso de 4,59 kg/m², com 03 apoios, que são usualmente utilizada para fechamento ou cobertura, conforme descrição do fabricante.

A estruturação da telha metálica também será de acordo com descrição e exigências do fabricante.

17. PINTURA

Todas as superfícies a pintar serão minuciosamente examinadas, cuidadosamente limpas e convenientemente preparadas para o tipo de pintura a que se destinarem, conforme as instruções dos fabricantes de tintas.

O conjunto de gradil que complementa o fechamento já deverá estar devidamente pintado, conforme especificamente supracitada. O restante do fechamento e a base para fixação do gradil, deverá receber pintura atendendo as solicitações da fiscalização, e que todas as pinturas serão precedidas pela execução de amostras, e também deverão ser aprovadas pela fiscalização. Como uma breve descrição da pintura, sabe-se que as estruturas metálicas a serem pintadas deverá ser lixada e limpa, livre de quaisquer sujeiras e escamas, como também receber os fundos preparadores que se fizerem necessários.

18. LIMPEZA E SERVIÇOS FINAIS

Remover todo o entulho do terreno, sendo cuidadosamente limpos e varridos todos os excessos. Bem como toda a pavimentação do entorno serão limpos e lavados de modo a não serem danificadas outras partes da obra por estes serviços de limpeza. Vale ressaltar que remover e transportar esses resíduos será às expensas da executante. Deverá observar o reaproveitamento da placa de obra e de outros materiais, conforme indicação da fiscalização.

Prover a desmontagem dos galpões, ou retirada do container, utilizado para guarda de materiais durante a obra, observar o reaproveitamento dos materiais (caso seja galpão de compensado e madeira), conforme indicação da fiscalização.

19. OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES

Cabe salientar que todas as atividades desenvolvidas para a execução da obra não devem interferir ou alterar de forma permanente com a estrutura existente ou que vier a existir no local. Uma vez que o objeto proposta está inserido em meio já consolidado, e que possui suas particularidades que requer certo nível de cuidado.

Tarumã, 27 de Novembro de 2017.

ALEX AUGUSTO DIAS

Arquiteto e Urbanista

Secretaria Mun. Agric., M. Ambiente, Obras e Serv. Urb.

CAU A126311-0

ANEXO VI - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO – C.R.C.

